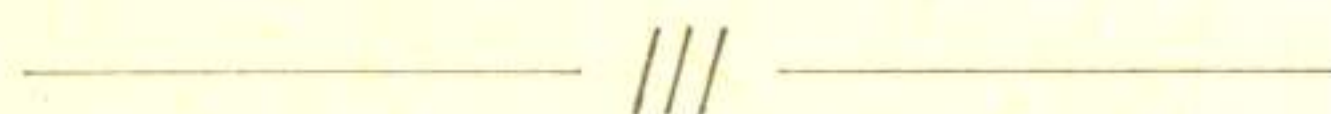


MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DE MINAS
E SERVIÇOS GEOLÓGICOS



REPARTIÇÃO DE MINAS

BOLETIM DE MINAS

(NOVA SÉRIE)

2



1959

LEGISLAÇÃO

IMPOSTOS E TAXAS:

O Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos, pela Secção de Impostos de Minas e Águas, em sua sessão de 29 de Maio de 1936 (acta n.º 44), fixou a seguinte doutrina:

- a) A taxa fixa é anual e indivisível;
- b) Sendo dadas duas concessões da mesma mina a concessionários diferentes, ambos pagam impostos por todo ano.

De acordo com esta doutrina o Juíz de Direito do Tribunal de S. João da Pesqueira proferiu a seguinte sentença nos embargos à Execução Fiscal Administrativa apresentados por Minas de Ordonho, Limitada, com sede na Guarda, contra a F. N.:

SENTENÇA:

O Tribunal é competente. Não se reclamou contra qualquer nulidade nem vejo que existam e delas me cumpre conhecer. As partes têm personalidade judiciária e estão devidamente representadas. A embargante na sua petição de folhas, pede que seja declarada parte ilegítima, por isso que, não é responsável pelo imposto cuja falta de pagamento determinou a execução fiscal administrativa. Apreciemos se ela é ou não parte legítima. O artigo oitenta e seis do Código das Execuções Fiscais estabelece no seu número dois, que pode servir de fundamento a embargos de executado a «ilegitimidade da pessoa citada por esta não ser o próprio devedor nem o responsável pelo pagamento da dívida exequenda, seja qual for a sua proveniência». E o artigo único número dois da Lei número quinhentos e trinta e três de dezassete de Maio de mil novecentos e dezasseis, estabeleceu que a «ilegitimidade da pessoa citada para uma execução fiscal pode servir de fundamento a embargos desde que a pessoa citada não seja colectada nem a responsável pelo pagamento da contribuição». Posteriormente, o Acordo do antigo Tribunal Superior do Contencioso das Contribuições e Impostos, no Diário do Governo, Segunda série, número duzentos e cinco de quatro de Setembro de mil novecentos e trinta, veio dizer «que a ilegitimidade da pessoa citada tem de ser entendida como a define o número dois do artigo único da Lei número quinhentos e trinta e três e, assim, só pode haver ilegitimidade da pessoa citada quando esta não seja a própria pessoa colectada nem o responsável pela quantia exequenda». Daqui,

se pode concluir que, o embargante, estando colectado, como estava pelo imposto de minas, era o responsável pelo seu pagamento, ou seja pela quantia exequenda e, portanto, não carecia de legitimidade para ser citado para a execução fiscal, como na realidade foi. E que assim é, resulta ainda da aplicação dos princípios gerais que regem a matéria da legitimidade. Com efeito, é sabido, que é parte legítima quem tem interesse directo em demandas ou em contradizer (artigo vinte e sete do Código de Processo Civil) e que, esse interesse se aprecia à face da relação jurídico substancial. Portanto, são partes legítimas as titulares do interesse que é objecto da relação jurídica em litígio. E, na hipótese «Sub judice», é fora de dúvida que as titulares do interesse, são, de um lado o Estado, do outro, o embargante, pois está colectado pelo imposto de minas e é o responsável por esse imposto. A questão da duplicação de colecta é já outra bem diferente da questão da legitimidade. E isso resulta até, claramente, do próprio artigo oitenta e seis, citado, ao estabelecer no seu número dois quais as condições para que se verifique a ilegitimidade e no seu número terceiro (como questão distinta) as condições em que se verifica a duplicação de colecta.

Concluindo, diremos que, a pessoa citada é como tal parte legítima, desde que esteja colectada e assim, seja responsável pela quantia exequenda. Portanto, as partes são aqui legítimas, pois a embargante tem interesse directo em demandar e o embargo tem interesse directo em contradizer. Não existe qualquer outra excepção dilatória ou peremptória de que deva conhecer. Passemos agora a conhecer do pedido visto a questão de mérito ser unicamente de direito e poder ser decidida neste momento com perfeita segurança. Minas de Ordonho, Limitada, com sede em Guarda-Gare, foi citada em treze de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e oito, para na execução fiscal Administrativa instaurada na Secção de Finanças deste concelho, pagar a importância de duzentos e cinquenta escudos proveniente da contribuição — imposto de minas, do ano de mil novecentos e cinquenta e seis.

Veio depois, e em tempo, deduzir os presentes embargos de executado, nos quais diz, em resumo, o seguinte: Que, em seis de Agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco, requereu licença a Sua Excelência o Ministro da Economia para transmitir os direitos da concessão mineira da mina de volfrâmio denominada «S. Gens» e situada na freguesia de Riodades, deste concelho, para José Gonçalves Pureza, solteiro, comerciante, residente no Pinhão, concelho de Alijó; que essa transmissão foi autorizada por Portaria de Sua Excelência o Ministro da Economia de vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e cinco, publicada no Diário do Governo número quatro, terceira série, de cinco de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e seis; que em trinta de Janeiro desse mesmo ano, foi celebrada a escritura de venda da referida concessão mineira, tendo sido enviada uma certidão dessa escritura à Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos do Ministério da Economia; que, há duplicação de imposto, pois que, pelo Diário do Governo número duzentos, segunda série de vinte e oito de Agosto de mil novecentos e cinquenta e sete (página número seis mil setecentos e cinquenta e oito) verifica-se que, quanto à mesma mina de S. Gens e com respeito ao mesmo período de tempo, se encontram colectados, o comprador da concessão mineira, José Gonçalves Pureza, actual concessionário e também a ex-concessionária, ora embargante; que os dois impostos são da mesma natureza e o senhor Pureza pagou já a importância desse

imposto como se prova pela certidão que junta, passada pela Secção de Finanças de São João da Pesqueira, datada de dez de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito; que à face do artigo cento e um do Decreto número dezoito mil setecentos e treze o imposto é único e incide sobre a concessão, pelo que, pago por um dos concessionários nada mais pode ser exigido aos outros. Uma vez que o José Gonçalves Pureza pagou o imposto fixo devido pela mina S. Gens, o lançamento e exigência do pagamento, pela embargante, de outro imposto fixo da mesma natureza, pela mesma mina e com referência ao mesmo ano (de mil novecentos e cinquenta e seis) representa sem sombra de dúvida, uma duplicação de colecta; Assim, e com fundamento do disposto no número oito do artigo oitenta e seis do Código das Execuções Fiscais, termina por pedir que os embargos sejam julgados procedentes e provados, decidindo-se que a executada não é responsável pelo pagamento do imposto fixo de minas da importância de duzentos e cinquenta escudos, lançado em mil novecentos e cinquenta e seis à concessão mineira de volfrâmio denominada «S. Gens». Citada a embargada para contestar os embargos, veio esta, também em tempo, juntar a sua contestação, na qual e em resumo diz: Que não há duplicação de colecta, visto o imposto fixo anual a que se refere o artigo cento e um do referido Decreto número dezoito mil setecentos e treze de onze de Julho de mil novecentos e trinta, ser um imposto que incide sobre a pessoa do concessionário, pelo que, sendo dois concessionários sucessivos a ambos deve ser cobrado esse imposto fixo; que o imposto mineiro é um imposto de carácter pessoal e quanto à incidência é de natureza especial, aproximando-se verdadeiramente da contribuição industrial *que substitui*, nada tendo pois de comum com a contribuição predial — imposto real; que somente haveria que falar em duplicação de colecta se sobre as concessões mineiras incidisse contribuição industrial, além do imposto de minas. Em abono do seu ponto de vista junta uma certidão da acta da Sessão do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos de vinte e nove de Maio de mil novecentos e trinta e seis, pela qual se mostra que foi decidido pelo Conselho Superior de Minas que «sendo dadas duas concessões da mesma mina a concessionários diferentes, ambos pagam imposto por todo o ano». A embargante citando já esta decisão na petição de embargos, dá-lhe interpretação diferente da embargada, na sua analogia com o caso dos autos. Termina a embargada, por concluir, que não há duplicação de impostos pelo que, os embargos devem ser julgados improcedentes. Posta assim, a posição fundamental de cada uma das partes, cupre-nos agora decidir. Dispõe o artigo oitenta e seis do Código das Execuções Fiscais, no seu número oito que há duplicação de colecta quando, «estando paga por inteiro uma contribuição ou imposto, se exigir da mesma ou de diferentes pessoas uma outra de igual natureza, referente ao mesmo facto tributário e ao mesmo período de tempo». Assim, verifica-se a duplicação de colecta, quando se exija da mesma ou de pessoa diferente, contribuição de igual natureza à que já foi paga, referente ao *mesmo facto tributário* e ao mesmo período de tempo. O imposto de duzentos e cinquenta escudos exigido à embargante, e referente ao ano de mil novecentos e cinquenta e seis, é sem dúvida de igual natureza ao que foi pago por José Gonçalves Pureza no mesmo período de tempo, só restando agora determinar se ambas as importâncias exigidas respeitam ao *mesmo facto tributário*. Vejamos: O Decreto número dezoito mil setecentos e treze de onze de Julho de mil novecentos e trinta, que codificou a legislação

mineira, estabelece no seu artigo cento e um que «os concessionários mineiros, são obrigados a pagar ao Estado um imposto fixo anual dependente da área da concessão e um imposto proporcional ao valor da substância mineral útil extraída durante cada ano civil, descontada a que os concessionários tiverem em depósito em trinta e um de Dezembro...». Portanto, os concessionários mineiros, pagarão assim dois impostos, um, *fixo anual*, dependente da área da concessão e, outro, *proporcional* ao valor da substância mineral útil extraída durante cada ano. E em face desta disposição legal, tem necessariamente de concluir-se que o *concessionário mineiro só pelo facto de o ser*, é obrigado a pagar ao Estado um imposto fixo anual dependente da área da concessão. O *facto tributário* é, à face desta disposição legal o ter-se a posição de concessionário, no que respeita, claro, ao imposto que aqui se discute. Só pelo facto de se ser concessionário, nasce a obrigação de pagar o imposto fixo anual. Este incide assim sobre a pessoa do concessionário, *é pessoal*. Sabido é que os impostos quanto à incidência podem ser pessoais ou reais. *Pessoais*, são aqueles que consideram em primeiro lugar a pessoa do contribuinte; *Reais*, os que incidem sobre certas coisas, valores ou actos, sem atenção por quem as detem, possui ou pratica. O concessionário mineiro ao pagar o imposto proporcional, está pagando um imposto de natureza real, que incide sobre o valor «à boca da mina» dos produtos de extração e este sim, incide sobre certos valores, que são os de minério extraído. O outro, não, é pago em função da área concedida e pelo facto de se ser concessionário. Sem dúvida que a decisão do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos, Secção de Impostos de Minas e Águas, de vinte e nove de Maio de Mil novecentos e trinta e seis, ao determinar que «dadas duas concessões da mesma mina a concessionários diferentes, ambos pagam imposto por todo o ano», está interpretando correctamente a lei que regula em matéria mineira, já porque, desta resulta, não haver possibilidades legais de duas concessões a pessoas diferentes, da mesma mina, como a embargante admite na sua petição. *E se assim fosse, teria também de admitir que cada concessionário pagaria um imposto fixo anual*. Sempre a pessoa do concessionário! Assim, e porque a embargante era concessionária da mina «S. Gens» em mil novecentos e cinquenta e seis, embora somente o fosse até trinta de Janeiro desse ano, tem de pagar o imposto de duzentos e cinquenta escudos, cujo pagamento se lhe exige, não havendo assim duplicação de colecta. Nestes termos e pelos fundamentos expostos, julgo os embargos improcedentes. Custas, nos termos do Código das Custas Judiciais, pela embargante.

Nos termos do parágrafo quarto do artigo oitenta e oito do Código das Execuções Fiscais, esta sentença dá-se por publicada na mão do escrivão. Registe. São João da Pesqueira, cinco de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e nove. (a José Celestino Ataz Godinho de Matos.

EXPORTAÇÃO DE MÁRMORES PORTUGUESES

A título informativo transcrevemos de «Ao Serviço da Exportação» — Edição do Fundo de Fomento de Exportação, 1959 — pág. 289, a nota que se segue:

Com referência aos mármore — e eproximamos já a sua citação pelo muito prometedor que se apresenta o seu comércio para o mercado italiano — é curioso verificar a linha ascendente do volume das importações nestes últimos anos. Assim:

	1954	1956	1957	1958
Total.....	68 003 q.	117 459 q.	144 808 q.	166 147 q.
Portugal	16 236 q.	40 982 q.	66 376 q.	

A primeira explicação está no desenvolvimento sempre crescente da construção civil em Itália, correlativamente ligada ao gosto e hábito da utilização desta pedra, quer nos imóveis quer nos móveis.

É verdade, e isto poderia induzir em conclusão errada, que a Itália é um grande produtor de mármore, e, portanto, poderia inferir-se que não tomaria o lugar de comprador. Mas, exactamente por tal razão, e porque o gosto tradicional e milenário pelo mármore criou a necessidade do seu emprego e levou a um tal requinte que a gama dos tipos nacionais não satisfaz já, exigindo-se variedades novas, tipos diferentes.

Dai o recurso às importações de tipos que ali não existem e que se vão buscar a França, Jugoslávia, Bélgica, Espanha, Roménia, etc. Mas Portugal ocupa hoje o primeiro lugar.

Neste particular a acção do Centro de Roma fez alguma coisa, pelo que, julgamos poder declarar que não estamos alheios aos aumentos que se verificam — aumentos que, podemos assegurar, devem continuar.

ADITAMENTO À RELAÇÃO DOS TÉCNICOS DE MINAS, PUBLICADA NA NOVA SÉRIE DO BOLETIM DE MINAS – JANEIRO DE 1959

Novas inscrições e rectificações:

A — ENGENHEIROS DE MINAS

1 — EM EXERCÍCIO

MARSELLA, Guilherme António Kochler e
Av. do Calvário — Valongo

3 — Impedidos por estarem ausentes

PAES, Gerardo Vallejo dos Santos
Angola

B — ENGENHEIROS DE OUTRAS ESPECIALIDADES E DIRECTORES TÉCNICOS APROVADOS ANTES DE 1930

1 — EM EXERCÍCIO

POUSADA, Renato Vieira
R. Diogo do Couto, 144 — Porto

C — ENGENHEIROS AUXILIARES, AGENTES TÉCNICOS DE ENGENHARIA E CONDUTORES DE OBRAS PÚBLICAS E MINAS

1 — EM EXERCÍCIO

OLIVEIRA, Clemente Fernandes de
R. Sá da Bandeira, 517 — Porto

MATOS, Edgardo Manuel Carvalho de
R. Manuel Carqueja, 217 — Porto

FERREIRA, Arnaldo de Sousa Barbosa
Praça da República, Lousada

2 — IMPEDIDOS POR ESTAREM AUSENTES

CARVALHO, Hilário Pereira de
Obras Públicas — Malange (morada rectificada)

MINAS CONCEDIDAS NO CONTINENTE — ANOS DE 1946 E 1947

A obra «Minas concedidas no continente desde Agosto de 1836 a Junho de 1946» — lista cronológica e índice alfabético coordenados por Francisco Garcia, revelou-se de grande utilidade como elemento de consulta por parte dos serviços de minas.

Nestes últimos 12 anos foram concedidas mais de 1.000 minas e desse facto resulta que a obra, por nós editada, carece duma actualização tendente a aumentá-la com matéria que excede as possibilidades económicas para uma nova edição.

Reconhecida esta impossibilidade, pareceu melhor aproveitar a publicação da nova série do Boletim de Minas, fazendo incluir, em todos os números deste, e pouco a pouco, a actualização da parte referente à lista cronológica.

Número	Nome	Minério	Freguesia
			Ano de
2 169	Charneca	Estanho	Gonçalo
2 170	Farinhata	»	Lousa
2 171	Penedo Ruivo	»	Teixeira
2 172	Quinta de S. João da Carreira	Volfrâmio e estanho	Rio de Loba
2 173	Mato da Costa	»	Sezures
2 174	Salgueiros	Estanho	Figueiredo das Donas
2 175	Tamboril	Crómio	Carrazedo
2 176	Gaiteiros	Volfrâmio e estanho	Arcos
2 177	Aljão n.º 1	Estanho e titânio	Cativelos
2 178	Barreiros	Carvão	C. da Rainha (Populo)
2 179	Carvalhal	Tripoli	Melides
2 180	Salgada	Estanho	Moure
2 181	Ribeira de Freixeda	Arsénio ouro e prata	Freixeda
2 182	Rib. de Freix. n.º 2	» » »	»
2 183	Vale do Pereiro	» » »	S. Salvador
2 184	Portela n.º 1	» » »	»
2 185	Latadas	» » »	»
2 186	Moinho do Videira	» » »	»
2 187	Mouros n.º 1	» » »	Vila Verde
2 188	Mouros n.º 2	» » »	»
2 189	Alentejano	» » »	Trindade
2 190	Lombo da Veiga	» » »	»
2 191	Insua n.º 1	Estanho	Covas
2 192	Serra do Lousado	»	Coura
2 193	Mãos	Volfrâmio e estanho	Estorãos
2 194	Corzes	Estanho	Gondar
2 195	Serra de Covas	Volframio e estanho	»
2 196	Serra de Covas n.º 1	»	Covas
			Ano de
2 197	Galdins	Volf. e antimónio	Sarzedas
2 198	Sobradais n.º 1	Volfrâmio e estanho	Santo Amaro
2 199	Chafariz Velho	Estanho	Alcains
2 200	Vale de Capitão	»	»
2 201	Lobatos	»	Lanheses
2 202	Vale de Lobo n.º 4	Bário e chumbo	Segura
2 203	Santa Luzia n.º 3	Volfrâmio e estanho	Carreço
2 204	Vale de Porcas	Bário	Zebreira
2 205	Vale de Bolos	Estanho	Vilar Maior

Concelho	Distrito	Área h. a. o.	Data da publicação do decreto ou do alvará de concessão	Observações
1946				
Guarda	Guarda	60-06-90	10- 7-946	Não teve alvará
Torre de Moncorvo	Bragança	50-00-00	13- 7-946	
Baião	Porto	50-00-00	18- 7-946	
Viseu	Viseu	50-00-00	23- 7-946	Não teve alvará
Penalva do Castelo	»	53-60-00	20- 7-946	
Vouzela	»	49-96-56	29- 7-946	
Bragança	Bragança	50-00-00	31- 7-946	
Tabuaço	Viseu	50-00-00	2- 8-946	
Gouveia	Guarda	50-00-00	5- 8-946	
Caldas da Rainha	Leiria	97-20-00	31- 8-946	
Grandola	Setúbal	100-00-00	7-10-946	
Felgueiras	Porto	49-00-75	13-12-946	
Mirandela	Bragança	50-00-00	16-12-946	
»	»	64-00-00	16-12-946	
»	»	47-62-00	16-12-946	
»	»	45-23-30	18-12-946	
»	»	60-66-60	18-12-946	
»	»	50-00-00	18-12-946	
»	»	51-96-90	19-12-946	
»	»	51-02-10	19-12-946	
Vila Flor	»	57-59-00	20-12-946	
»	»	56-00-00	20-12-946	
V. N. de Cerveira	Viana do Castelo	50-00-00	23-12-946	
Paredes de Coura	»	50-00-00	23-12-946	
Ponte de Lima	»	49-95-25	23-12-946	
Caminha	»	50-00-00	27-12-946	
V. N. de Cerveira	»	50-00-00	31-12-946	
»	»	49-73-25	31-12-946	
1947				
Castelo Branco	Castelo Branco	50-00-00	3- 1-947	
V. N. de Foz Coa	Guarda	50-00-00	6- 1-947	
Castelo Branco	Castelo Branco	50-00-00	9- 1-947	
»	»	50-00-00	9- 1-947	
Viana do Castelo	Viana do Castelo	54-18-20	11- 1-947	
Idanha-a-Nova	Castelo Branco	57-52-50	13- 1-947	
Viana do Castelo	Viana do Castelo	50-00-00	15- 1-947	
Idanha-a-Nova	Castelo Branco	50-00-00	15- 1-947	
Sabugal	Guarda	50-00-00	16- 1-947	

Número	Nome	Minério	Freguesia
2 206	A Quinta	Volfrâmio e estanho	Rio de Loba
2 207	Q. de S. Martinho	» »	Orgens
2 208	Arieiro	Volfrâmio	S. João de Ver
2 209	Vale de Pinguela	Cromio	Carrazeda
2 210	Tornas e Chão dos Seixos	Volfrâmio e estanho	Bodiosa
2 211	Cova da Raposa	» »	Vascões
2 212	Anquião	Estanho	Gestaçô
2 213	Monte das Caldas	»	»
2 214	Tap. dos Carvalhos	Volfrâmio e estanho	Idanha-a-Nova
2 215	Carvalhal	» »	»
2 216	Montairoso	Volfrâmio	Póvoa de Penela
2 217	Tourim n.º 2	Estanho	Amonde
2 218	Nave do Bispo	Volfrâmio e estanho	Freineda
2 219	Pomar	» »	Abravezes
2 220	Loureiro n.º 2	» »	Sul
2 221	Seixual	Volf. ouro e prata	Benlhevai
2 222	Vale das Vinhas	» » »	Frechas
2 223	Alto da Bouça das Freiras	Estanho e volfrâmio	Nogueira
2 224	Bouça da Aguieira n.º 1	Estanho	Outeiro
2 225	Bouça da Aguieira n.º 2	»	»
2 226	Bela Grande	»	Nogueira
2 227	S. Silvestre	Volfrâmio	Cerdal
2 228	Ribeira de Piães	Volfrâmio e estanho	Gois
2 229	Monte da Prova	Volfrâmio e estanho	Covelo de Paivó
2 230	Mousinho	Estanho	Vila Fernando
2 231	Morgade n.º 1	Volfrâmio e estanho	Morgade
2 232	Morgade n.º 2	» »	»
2 233	Levadas	» »	Fiães
2 234	Salto do Lobo	Volfr. e molibdénio	Cabril
2 235	Cabeço de Argemela	Volfrâmio e estanho	Barco
2 236	Ribeiro de Seixalvo	Estanho	Cabração
2 237	Pedrinhas Brancas n.º 1	Estanho	»
2 238	Cabração n.º 1	»	»
2 239	Quinta do Poeta	Volfrâmio	Macieira de Cambra
2 240	Salgueirinha	Volfrâmio e estanho	Alijó

Concelho	Distrito	Área h. a. o.	Data da publicação do decreto ou do alvará de concessão	Observações
Viseu	Viseu	49-96-56	18- 1-947	
»	»	49-96-60	18- 1-947	
Feira	Aveiro	49-00-00	21- 1-947	
Bragança	Bragança	50-00-00	21- 1-947	
Viseu	Viseu	50-00-00	24- 1-947	
Paredes de Coura	Viana do Castelo	49-50-00	30- 1-947	
Baião	Porto	67-51-15	4- 2-947	
»	»	50-00-00	4- 2-947	
Idanha-a-Nova	Castelo Branco	50-00-00	5- 2-947	
»	»	50-00-00	5- 2-947	
Penedono	Viseu	50-00-00	6- 2-947	
Viana do Castelo	Viana do Castelo	49-20-62	7- 2-947	
Almeida	Guarda	50-00-00	14- 2-947	
Viseu	Viseu	49-96-56	14- 2-947	
S. Pedro do Sul	Viseu	48-69-63	26- 2-947	Não teve alvará
Vila Flor	Bragança	50-00-00	28- 2-947	
Mirandela	Bragança	49-85-45	28- 2-947	
Viana do Castelo	Viana do Castelo	50-00-00	1- 3-947	Incluídos no C. Mineiro da Agui- eira
»	»	44-55-00	1- 3-947	
»	»	49-54-50	4- 3-947	
»	»	50-00-00	4- 3-947	
»	»	50-00-00	6- 3-947	
Valença	»	50-00-00	7- 3-947	
Góis	Coimbra	50-00-00		
Arouca	Aveiro	49-82-00	8- 3-947	
Guarda	Guarda	48-36-00	11- 3-947	
Montalegre	Vila Real	49-96-56	13- 3-947	
»	»	49-96-56	13- 3-947	
Feira	Aveiro	48-23-00	14- 3-947	
Montalegre	Vila Real	50-00-00	15- 3-947	
Covilhã	Castelo Branco	50-00-00	17- 3-947	
Ponte do Lima	Viana do Castelo	49-78-50	20- 3-947	
»	»	48-42-20	20- 3-947	
»	»	48-00-00	20- 3-947	
Vale de Cambra	Aveiro	50-00-00	25- 3-947	
Alijó	Vila Real	50-00-00	28- 3-947	

Número	Nome	Minério	Freguesia
2 241	Castelhão	Volfrâmio e estanho	Vilar de Mouros
2 242	Quinta de S. Miguel	Estanho e titânio	Benespera e Ramela
2 243	Rib. de Benespera n.º 3	Estanho e titânio	Benespera
2 244	Ponte da Vela	Estanho	Vela
2 245	Castelo	Volfr. ouro e prata	Benlhevai
2 246	Safurdas e Vale de Trovões	Estanho	Malhada Sorda
2 247	Bochinhas	»	Adão
2 248	Fonte Medeiros	Estanho e titânio	Aldeia da Ribeira
2 249	Jogadouro	»	Carrazedo de Montenegro
2 250	Pombeiro	»	Telões
2 251	Corredoura	»	Freixo de Baixo
2 252	Valizelos	»	Padrela e Tazem
2 253	Almendreiras	Volfrâmio e estanho	Castelo Melhor
2 254	Buraquinha da Areia	Estanho	Gestaço
2 255	Estorãos	Volfrâmio e estanho	Estorãos
2 256	Poço das Fragas	»	Bordonhos
2 257	Lamas	Estanho	Parada de Monteiros
2 258	Fraga Má e Chão de Maio	Volfrâmio e estanho	Parada de Ester
2 259	Jogadouro n.º 3	Estanho	Carrazedo de Montenegro
2 260	Junqueiro n.º 2	Tantálio	Arga de Baixo e Arga de Cima
2 261	Ladeira	Crómio	Castrelos
2 262	Cortelhos	»	»
2 263	São Martinho	Estanho	Telões
2 264	Courela dos Moinhos	Bário e chumbo	Castro Verde
2 265	Fontela	Volfrâmio e estanho	Aboim
2 266	Costa da Revolta	»	»
2 267	Alto do Marco	»	Codeçoso
2 268	Corzes n.º 2	Estanho	Gondar
2 269	Ciadoiro	Ferro	Ermelo
2 270	Fonte do Salgueiral	Ferro	Pardelhas
2 271	Alto do Sião	»	Vila Cova
2 272	Alto da Lebre	Ferro e volfrâmio	»
2 273	Mascozelo	Ferro	»
2 274	Monte do Cerro	Bário	S. João dos Caldeireiros
2 275	Morais	Amianto	Morais
2 276	Corzes n.º 3	Estanho	Orbacem
2 277	Papa Queijo	Volfrâmio e estanho	Segura
2 278	Feiteira	Volfrâmio	Macieira
2 279	Poço dos Carros ou Fontainhas	Estanho	Fragozela
2 280	Real n.º 1	»	Argela
2 281	Bogalheiros	»	Parada de Gatim
2 282	Paço de Mossamedes	Volfrâmio e estanho	S. Miguel do Mato
2 283	Regueira da Amieira	Estanho	Covas

Concelho	Distrito	Área h. a. e.	Data da publicação do decreto ou do alvará de concessão	Observações
Caminha	Viana do Castelo	50-00-00	28- 3-947	
Guarda	Guarda	49-69-00	29- 3-947	
Guarda	Guarda	42-82-00	29- 3-947	
»	»	48-58-32	1- 4-947	
Vila Flor	Bragança	69-00-00	2- 4-947	
Almeida	Guarda	50-00-00	3- 4-947	
Guarda	»	49-71-25	3- 4-947	
Sabugal	»	50-00-00	3- 4-947	
Valpaços	Vila Real	50-00-00	7- 4-947	
Amarante	Porto	50-00-00	9- 4-947	
»	»	52-02-50	9- 4-947	
Valpaços	Vila Real	50-00-00	9- 4-947	
V. N. de Foz Coa	Guarda	50-00-00	10- 4-947	
Baião	Porto	67-53-00	12- 4-947	
Ponte de Lima	Viana do Castelo	50-00-00	12- 4-947	
S. Pedro do Sul	Viseu	50-00-00	15- 4-947	
V. P. de Aguiar	Vila Real	49-78-00	16- 4-947	
Castro Daire	Viseu	49-90-40	22- 5-947	
Valpaços	Vila Real	49-89-87	27- 5-947	
Caminha	Viana do Castelo	42-24-50	28- 5-947	
Bragança	Bragança	49-96-56	31- 5-947	
»	»	50-00-00	31- 5-947	
Amarante	Porto	48-82-50	7- 6-947	
Castro Verde	Beja	50-00-00	12- 6-947	
Amarante	Porto	67-57-80	19- 6-947	
»	»	50-00-00	19- 6-947	
Celorico de Basto	Braga	49-80-80	19- 6-947	
Caminha	Viana do Castelo	46-97-00	24- 6-947	
Mondim de Basto	Vila Real	68-68-05	27- 6-947	
»	»	58-78-74	27- 6-947	
Vila Real	»	50-80-12	30- 6-947	
»	»	58-33-85	30- 6-947	
»	»	63-17-90	1- 7-947	
Mértola	Beja	50-00-00	7- 7-947	
M. de Cavaleiros	Bragança	100-00-00	7- 7-947	
Caminha	Viana do Castelo	49-30-00	10- 7-947	
Idanha-a-Nova	Castelo Branco	68-44-62	4- 9-947	
Vale de Cambra	Aveiro	50-00-00	21- 7-947	Não teve alvará
Viseu	Viseu	50-00-00	21- 7-947	Não teve alvará
Caminha	Viana do Castelo	28-97-00	9- 9-947	
Vila Verde	Braga	49-89-47	13- 9-947	
Vouzela	Viseu	50-00-00	9-10-947	
V. N. de Cerveira	Viana do Castelo	49-96-56	17-10-947	

Número	Nome	Minério	Freguesia
2 284	Ribeiro do Calvário	Volfrâmio, estanho, chumbo e bário	Segura
2 285	Turgueira	Volfrâmio	Riodades
2 286	Poça	Estanho	Parambos
2 287	Tapada da Deveza	»	St. Ana da Azinha
2 288	Corgo de Sanguinhedo	Volfrâmio	Venda Nova
2 289	Cumieira	Volfrâmio e estanho	Mourão
2 290	Tapada da Vargem	Estanho	Lardosa

Concelho	Distrito	Área h. a. c.	Data da publicação do decreto ou do alvará de concessão	Observações
Idanha-a-Nova	Castelo Branco	61-65-50	17-10-947	
S. João da Pesqueira	Viseu	49-96-56	27-10-947	
Carrazeda da Ansiães	Bragança	49-96-56	27-10-947	
Guarda	Guarda	50-00-00	15-11-947	
Montalegre	Vila Real	49-65-75	18-12-947	
Vila Flor	Bragança	50-00-00	23-12-947	
Castelo Branco	Castelo Branco	48-63-65	31-12-947	

REGISTOS EFECTUADOS DURANTE OS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1959

Contamos agora publicar com regularidade, nesta nova série do Boletim de Minas, os registos mineiros e de águas minerais efectuados em Portugal Continental e ilhas adjacentes.

Dado o seu elevado número e atendendo ao minguado espaço de que dispomos, houve a preocupação de sintetisar as descrições, mantendo contudo os elementos mais importantes para a sua identificação.

Assim:

- 1) Limitamo-nos a indicar o ponto de partida colocando-o dentro de um parentesis, sem qualquer outra indicação;
- 2) Adoptaremos, para o ponto de partida, uma redacção sintética correspondendo à interpretação mais *aproximada*, visto haver redacções que se prestam a mais de uma interpretação.
- 3) No caso de registos feitos por coordenadas usam-se as seguintes convenções: letras S. J. para significar o sistema em relação ao Castelo de S. Jorge; letras P. C. para significar o sistema em relação ao Ponto Central.
- 4) Esses indicativos serão seguidos de dois números: o primeiro representa a distância à meridiana e o segundo a distância à perpendicular. Essas distâncias entendem-se em metros, muito embora, para evitarmos repetições, as indiquemos como números abstractos.

A legislação mineira que vigorava até à publicação do decreto-lei n.º 18 713, em 1 de Agosto de 1930, obrigava os serviços a uma análise prévia de validade dos registos mineiros.

O decreto-lei n.º 18 713, aboliu esse exame prévio e confiou aos registadores a inteira responsabilidade dos registos de manifestos que queiram efectuar.

A instâncias dos interessados e das autoridades administrativas, anulamos alguns registos feridos de nulidades flagrantes. Essas anulações não significam, de forma alguma, que estejam válidos os restantes registos.

A — MINAS DISTRITO DE AVEIRO

Concelho de Arouca:

Em 12 de Janeiro: Registos de caolino por Rodrigo Viana Correia: N.º 1 no sítio das Alagoas, freguesia de Escariz (S. J.— 62 200,— 245 400); N.º 2 no sítio do Rossio, freguesia de Chave (S. J.— 63 200,— 243 300).

Concelho de Aveiro:

Em 23 de Fevereiro: Registo de caolino por Fábrica de Porcelanas de Vista Alegre, L.^{da}: N.º 1, no sítio da Horta, freguesia de Eixo (A 1 901 m da pirâmide Horta, contados no rumo N — 32° 36' — E).

Concelho de Estarreja

Em 12 de Janeiro: Registos de caolino por Fábrica de Porcelanas de Vista Alegre, L.^{da}: N.º 1, no sítio de Fundões, freguesia de Avanca (S. J. — 49 650, — 234 400); N.º 2, no sítio de Água Lavada, freguesia de Avanca (S. J. — 50 650, — 235 300).

Concelho de Feira:

Em 14 de Janeiro: Registos de caolino por Fábrica de Porcelanas de Vista Alegre, L.^{da}: N.º 1, no sítio de Barrela, freguesia de Travanca (S. J. — 48 550, — 243 150); N.º 2, no sítio da Quintã, freguesia de Travanca (S. J. — 47 200, — 243 100); N.º 3, no sítio da Fonte da Cabrita, freguesia do Souto (S. J. — 46 450, — 339 800); N.º 4, no sítio de Tarei, freguesia do Souto (S. J. — 46 700, — 241 950); N.º 5, no sítio Cabomonte, freguesia do Souto (S. J. — 46 950, — 440 950);

Em 2 de Fevereiro: Registo de caolino por Fábrica de Porcelanas de Vista Alegre, L.^{da}: N.º 6, no sítio da Barrela, freguesia de Travanca (S. J. — 48 550, — 243 150).

Concelho de Oliveira de Azemeis:

Em 8 de Janeiro: Registos de caolino por Rodrigo Viana Correia: N.º 1, no sítio do Outeiro, freguesia de César (S. J. — 58 220, — 243 600); N.º 2, no sítio de Lagos, freguesia de Nogueira do Cravo (S. J. — 57 700, — 242 400); N.º 3, no sítio das Matas, freguesia de César (S. J. — 59 200, — 242 607); N.º 4, no sítio da Pedra Má, freguesia de César (S. J. — 57 300, — 244 800); N.º 5, no sítio da Fontanheira, freguesia de Pindelo (S. J. — 58 900, — 241 300); Registo de caolino pelo padre Manuel Correia da Rocha Guimarães: N.º 6, no sítio de Pinheiral, freguesia de Pindelo (S. J. — 59 000, — 241 000);

Em 12 de Janeiro: Registo de caolino por Fábrica de Porcelanas de Vista Alegre, L.^{da}: N.º 7, no sítio de Insua, freguesia de Couto de Cucujães (S. J. — 52 200, — 240 250); N.º 8, no sítio do Penedo, mesma freguesia (S. J. — 53 250, — 239 500); N.º 9, no sítio de Vila Cova, freguesia de Santiago de Riba Ul (S. J. — 52 650, — 336 900); N.º 10, no sítio do Freixo, freguesia de Loureiro (S. J. — 52 350, — 232 100); N.º 11, no sítio de Chão de Além, mesma freguesia (S. J. — 51 200, — 232 100); N.º 12, no sítio Almas de Moura, freguesia de Ul (S. J. — 53 100, — 333 000); N.º 13, no sítio do Maninho, freguesia de Loureiro (S. J. — 50 100, — 233 150); N.º 14, no sítio e freguesia de Ul (S. J. — 54 050, — 233 800); N.º 15, no sítio de Avenal, freguesia de Madail (S. J. — 53 500, — 235 000); N.º 16, no sítio da Igreja, mesma freguesia (S. J. — 52 900, — 235 850); N.º 17, no sítio de Vila Cova, freguesia de Santiago de Riba Ul (S. J. — 56 450, — 236 900); N.º 18, no sítio do Outeiro, freguesia de S. Martinho da Gandara (S. J. — 51 800, — 238 000); N.º 19, no sítio do Outeiro do Lameiro, freguesia de Loureiro (S. J. — 51 950, — 233 625).

Concelho de Ovar:

Em 12 de Janeiro: Registos de caolino por Fábrica de Porcelanas de Vista Alegre, L.^{da}: N.º 1, no sítio da Morteira, freguesia de Arada (S. J. — 46 050, — 243 050); N.º 2, no sítio de Sande, freguesia de Ovar (S. J. — 46 850, — 238 750); N.º 3, no sítio da Caudosa, freguesia de Valega (S. J. — 48 300, — 235 000); N.º 4, no sítio do Passô, mesma freguesia (S. J. — 49 500, — 235 800); N.º 5, no sítio da Corga, mesma freguesia

(S. J. — 48 325, — 236 350); N.º 6, no sítio do Mostelo, mesma freguesia (S. J. — 48 225, — 237 400); N.º 7, no sítio de Portadona de Carvalho, mesma freguesia (S. J. — 47 800, — 238 500); N.º 8, no sítio de S. Silvestre, freguesia de S. Vicente Pereira Jusã (S. J. — 47 800, — 239 800); N.º 9, no sítio de Formal, mesma freguesia (S. J. — 50 950, — 240 000); N.º 10, no sítio de Azevedo, mesma freguesia (S. J. — 51 000, — 241 300).

DISTRITO DE BRAGA

Concelho de Barcelos

Em 26 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Alfredo Fernandes Rodrigues: N.º 1, no sítio de Salgueirôa, freguesia de S. Romão da Ucha (S. J. — 52 600, — 317 500).

Concelho de Vila Nova de Famalicão:

Em 8 de Janeiro: Registo de cassiterite por Manuel Moreira da Silva e outros: N.º 1, no sítio de Paradas, freguesia de Vilarinho de Cambas (A 1 000 m a norte da torre da igreja de Vilarinho de Cambas);

Em 12 de Janeiro: Registo de cassiterite por António da Fonseca Piedade: N.º 2, no sítio de Bouça das Paradas, freguesia de Vilarinho de Cambas (S. J. — 48 758, — 295 750);

Em 25 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Manuel Moreira: N.º 3, no sítio da Cumieira, freguesia de Vilarinho de Cambas (S. J. — 46 550, — 296 950);

Em 26 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Aluisio Sampaio: N.º 4, no sítio de Paredes, freguesia de Ribeirão (S. J. — 47 570, — 295 880).

Concelho de Vila Verde:

Registos de cassiterite, efectuados por Joaquim Ribeiro de Freitas:

Em 15 de Janeiro: N.º 1, no sítio de S. Gens, freguesia de Cabanelas (S. J. — 53 450, — 319 625); N.º 2, no sítio de Eidos, mesma freguesia (S. J. — 54 000, — 320 500); N.º 3, no sítio de Aldela, mesma freguesia (S. J. — 53 550, — 318 700); N.º 4, no sítio de Carvalhinhos, freguesia de Prado (S. J. — 54 600, — 319 800); N.º 5, no sítio da Lardeira, freguesia de Soutelo (S. J. — 57 500, — 321 650); N.º 6, no sítio de Estelheira, freguesia de Cabanelas (S. J. — 53 000, — 320 500); N.º 7, no sítio do Barco, freguesia de Soutelo (S. J. — 58 500, — 321 650);

Em 13 de Fevereiro: N.º 8, no sítio da Cova do Monte, freguesia de S. Marinha de Oleiros (S. J. — 53 000, — 321 200); N.º 9, no sítio das Courelas, freguesia de Cabanelas (S. J. — 54 100, — 319 250); N.º 10, no sítio do Faial, freguesia de S. Maria do Prado (S. J. — 56 200, — 320 600); N.º 11, no sítio do Pontido, mesma freguesia (S. J. — 55 450, — 320 100); N.º 12, no sítio do Gaião, freguesia de Cabanelas (S. J. — 53 600, — 317 800); N.º 13, no sítio de Caldas, freguesia de S. Maria do Prado (S. J. — 56 800, — 321 200); N.º 14, no sítio do Portelo mesma freguesia (S. J. — 54 850, — 321 650); N.º 15, no sítio da Costeira, freguesia de Prado de Gatim (S. J. — 51 500, — 322 450).

DISTRITO DE BRAGANÇA

Concelho de Macedo de Cavaleiros:

Em 13 de Janeiro: Registos de cassiterite por Francisco Marcolino: N.º 1, no sítio de Barrazas, freguesia de Murçós (S. J. — 177 380, — 330 600); N.º 2, no sítio de Ferradal, da mesma freguesia (S. J. — 177 500, — 321 700); Registos de cassiterite por José Clemente Pires e outros: N.º 3, no sítio das Barrosas, da mesma freguesia (S. J. — 177 380, — 330 600); N.º 4, no mesmo sítio e freguesia (S. J. — 177 500, — 331 700).

Concelho de Torre de Moncorvo:

Em 21 de Fevereiro: Registo de galena por Mineira do Jarmelo, L.^{da}: N.º 1, no sítio do Zambujeiro, freguesia de Açoreira (P. C. + 86 835, + 164 000).

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Concelho de Belmonte:

Em 9 de Janeiro: Registo de cassiterite e ilmenite por Hermínio Soares Horta: N.º 1, no sítio do Chão Grande, freguesia de Maçainhas (Uma casa de habitação de altos e baixos, no sítio do Monte, pertencente a Dionila Máximo Lucas).

Concelho da Covilhã:

Em 2 de Fevereiro: Registo de cassiterite e ouro por Sebastião de Sousa Marques Quaresma: N.º 1, no sítio de Lameiras, freguesia de Barco (S. J. — 129 625, — 164 000); N.º 2, no mesmo sítio e freguesia (S. J. — 130 700, — 164 075).

Concelho de Idanha-a-Nova:

Em 21 de Fevereiro: Registos por Maria da Piedade Trigueiros de Martel Seabra: N.º 1, de barita e galena, no sítio das Mouradias, freguesia de Idanha-a-Nova (Esquina norte da casa do Olival, da propriedade Mouradias); N.º 2, de barita, no mesmo sítio e freguesia (A 800 m da esquina norte da Casa principal da propriedade Mouradias medidos no rumo N — 30° — O).

Concelho de Penamacor:

Em 26 de Fevereiro: Registos de cassiterite e ilmenite por The Portuguese American Tin Comp.: N.º 1, no sítio da Senhora da Quebrada, freguesia de Benquerença (S. J. — 160 170, — 171 850); N.º 2, no mesmo sítio e freguesia (S. J. — 160 130, — 171 330).

DISTRITO DE COIMBRA

Concelho de Coimbra:

Registos de malaquite e azurite por Minas do Cramão, L.^{da}:

Em 19 de Janeiro: N.º 1, no sítio de Gardões, freguesia de Botão (S. J. — 62 500, — 176 500);

Em 28 de Janeiro: N.º 2, no mesmo sítio e freguesia (S. J. — 62 500, — 176 500).

Concelho de Soure:

Registos de lignite por Sociedade Industrial de Carvões, S.A.R.L.:

Em 20 de Janeiro: N.º 1, no sítio de Marachão, freguesia de Alfaielos (P. C. + 39 750, — 54 750);

Em 28 de Janeiro: N.º 2, no mesmo sítio e freguesia antecedentes. Anulado no «Diário do Governo», n.º 35, II série de 11-2-59.

Em 14 de Fevereiro: N.º 3, no sítio de Miraflores, freguesia de Soure. Anulado no «Diário do Governo», n.º 66, II série de 19-3-59.

DISTRITO DA GUARDA

Concelho de Almeida:

Em 13 de Janeiro: Registo de cassiterite e ilmenite por Januário Rabaçais Martins: N.º 1, no sítio de Canil, freguesia de Malhada Sorda (S. J. — 190 889, — 202 534).

Concelho de Fornos de Algodres:

Em 2 de Fevereiro: Registo de cassiterite e ilmenite por Mineira do Jarmelo, L.^{da}: N.º 4, no sítio da Ribeira, freguesia de Figueiró da Granja (P. C. + 52 240, + 106 200).

Concelho de Celorico da Beira:

Em 24 de Janeiro: Registo de cassiterite por Laureano de Carvalho: N.º 1, no sítio das Regadinhas, freguesia de Mesquitela (S. J. — 141 450, — 208 500);

Em 25 de Fevereiro: Registo de cassiterite e ilmenite por Mineira do Jarmelo, L.^{da}: N.º 2, no sítio do Pomar, freguesia de S. Pedro (P. C. + 62 605, + 106 730).

Concelho de Gouveia:

Em 26 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Augusto Fraga Mendes Belo: N.º 1, no sítio do Lameiro dos Piões, freguesia de Arcozelo (S. J. — 129 300, — 201 860).

Concelho da Guarda:

Registos por Mineira do Jarmelo, L.^{da}:

Em 5 de Janeiro: N.º 1, de volfrâmite no sítio de Sangrinos, freguesia de Videmonte (P. C. + 65 915, + 94 470); N.º 2, de cassiterite, no sítio da Quinta da Pêssega, mesma freguesia (P. C. + 62 190, + 94 590); N.º 3, de cassiterite, no sítio da Serra do Gato, da mesma freguesia (P. C. + 59 070, + 88 730);

Em 27 de Janeiro: N.º 4, de cassiterite e ilmenite, no sítio da Ribeira do Luzelo, freguesia de Vila Fernando (P. C. + 82 865, + 90 065).

Concelho do Sabugal:

Em 19 de Janeiro: Registo de cassiterite e volframite por José Ramos Sanchez Casanova: N.º 1, no sítio da Senhora dos Prazeres, freguesia de Aldeia Velha (S. J. — 190 000, — 183 300);

Em 21 de Fevereiro: Registo de cassiterite por José Pires Pala: N.º 2, no sítio do Vale do Espinheiro, freguesia de Pouzafóles (A 1 000 m do Cruzeiro Santo Antão das Lameiras, medidos para noroeste).

Concelho de Seia:

Em 24 de Janeiro: Registos de cassiterite por Vitorino Mário dos Santos Neves: N.º 1, no sítio do Tojal, freguesia de Seia (S. J. 121 000, — 191 720); N.º 2, no sítio do Carril, freguesia de Pinhanços (S. J. — 121 740, — 194 000); N.º 3, no sítio da Várzea, freguesia de Pinhanços (S. J. — 122 449, — 194 798);

Em 28 de Fevereiro: Registos de cassiterite e ilmenite por Manuel Martins, no sítio da Ribeira das Sarnadas, freguesia de Torais: N.º 4 (S. J. — 120 000, — 195 770); N.º 5 (S. J. — 120 790, — 195 820).

Concelho de Trancoso:

Em 8 de Janeiro: Registos por Mineira do Jarmelo, L.^{da}: N.º 1, de cassiterite, no sítio dos Trigais, freguesia de Torres (P. C. + 86 650, + 120 925); N.º 2, de cassiterite e volframite, no sítio da Ribeira do Alcaide, freguesia de S. Pedro (P. C. + 68 470, + 123 310).

Concelho de Vila Nova de Fozcoá:

Em 4 de Fevereiro: Registo de cassiterite por António Filipe Silvestre: N.º 1, no sítio de Vale do Cavalo, freguesia de Muxagata (A 100 m a poente da casa sita na propriedade de Maria Cecília Ramires);

Em 18 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Agostinho Luís Vasconcelos Salgado de Andrade: N.º 2, no sítio da Caleira, freguesia de Chão (A 20 m a poente da casa térrea sita na propriedade de Libânio Augusto Soares).

DISTRITO DE PORTALEGRE

Concelho de Elvas:

Em 11 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Empresa Mineira Morais, L.^{da}: N.º 1, no sítio da Pereira de Cima, freguesia de Santa Eulália (P. C. + 70 070, — 72 075).

Concelho de Marvão:

Registos de fosforite por Minas de Vila Cova, S. A. R. L.;

Em 20 de Janeiro: N.º 1, no sítio da Barreta, freguesia de St.º António das Areias (S. J. — 154 800, — 81 740); N.º 2, no sítio da Fonte do Codeço, freguesia de St.º António das Areias (S. J. — 153 940, — 80 025); N.º 3, no sítio de Caucho do Seixo, freguesia de St.º António das Areias (S. J. — 155 350, — 79 770); N.º 4, no sítio da Relva dos Pinheiros, freguesia de St.º António das Areias (S. J. — 154 330, — 80 910); N.º 5, no sítio das Relvas, freguesia de St.º António das Areias (S. J. — 154 820, — 78 370);

Em 22 de Janeiro: N.º 6, no sítio da Fonte do Pico, freguesia de Beirã (S. J. — 150 650, — 80 140); N.º 7, no mesmo sítio e freguesia (S. J. — 150 950, — 81 100).

DISTRITO DE SETÚBAL

Concelho de Santiago do Cacém:

Registos de calcopirite pela Sociedade Mineira Santa Fé, L.^{da}.

Em 26 de Janeiro: N.º 1, no sítio do Rebentão, freguesia de Santiago do Cacém (situado a 1 400 m a sul verdadeiro dum ponto situado a 150 m a poente verdadeiro do marco geodésico Vale das Traves); N.º 2, no sítio Vale Bom de Cima, freguesia de Santiago do Cacém (a 750 m a sul verdadeiro dum ponto situado a 150 m a poente verdadeiro do marco geodésico Vale das Traves);

Em 11 de Fevereiro: N.º 3, no sítio Caro Custa, freguesia de Santiago do Cacém (A 200 m a nascente verdadeiro dum ponto situado a 375 m ao sul verdadeiro do marco geodésico Jerónimo).

Concelho de Sines:

Registos de calcopirite pela Sociedade Mineira Santa Fé, L.^{da};

Em 7 de Fevereiro: N.º 1, no sítio do Morgável, freguesia de Sines (A 100 m a nascente verdadeiro dum ponto situado a 900 m a sul verdadeiro do marco S. Torpes); N.º 2, no mesmo sítio e freguesia (A 1 000 m a norte verdadeiro dum ponto situado a 200 m a poente verdadeiro do marco Burrinho); N.º 3, no mesmo sítio e freguesia (A 425 m a nascente verdadeiro dum ponto situado a 1 325 m ao norte verdadeiro do marco Burrinho); N.º 4, no mesmo sítio e freguesia (A 200 m a nascente verdadeiro dum ponto situado a 200 m ao sul verdadeiro do marco geodésico Burrinho); N.º 5, no sítio da Samouqueira, freguesia de Sines (A 1.025 m a nascente verdadeiro dum ponto situado a 675 m ao sul verdadeiro do marco geodésico Burrinho);

Em 19 de Fevereiro: N.º 6, no sítio da Banaça, freguesia de Sines (A 2 825 m a nascente verdadeiro dum ponto situado a 850 m ao sul verdadeiro do marco geodésico Morgável).

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

Concelho de Ponte de Lima:

Em 8 de Janeiro: Registo de cassiterite por Gaudêncio, Valente & Faria L.^{da};

N.º 1, na freguesia de Cabração (S. J. — 40 415, — 348 580).

Concelho de Viana do Castelo:

Em 21 de Janeiro: Registos de caolino pela Companhia Anglo Portuguesa de Caolinos, S. A. R. L.: N.º 1, no sítio do Socorro, freguesia de Vila Fria (S. J. — 30 100, — 327 500); N.º 2, no sítio do Couto Moreno, freguesia de Alvarães (S. J. — 30 790, — 325 420);

Em 19 de Fevereiro: Registo de caolino por Geral Sociedade de Produtos Químicos de Viana, L.^{da}: N.º 3, no sítio da Costeira, freguesia de Alvarães (A 20 m para sul verdadeiro do cunhal noroeste da casa de Quintino Rodrigues de Sousa).

Concelho de Vila Nova da Cerveira:

Em 14 de Fevereiro: Registo de volframite, cheelite, ferverite e cassiterite por Gaudêncio, Valente & Faria, L.^{da}: N.º 1, no sítio da Cerdeirinha, freguesia de Covas (S. J. — 35 650, — 349 650).

DISTRITO DE VILA REAL

Concelho de Alijó:

Em 6 de Janeiro: Registos efectuados por Adriano Cardoso Rocha e Mineira de Jarmelo, L.^{da}: N.º 1, de cassiterite e volframite, no sítio das Amarelas, freguesia de Santa Eugénia (S. J. — 145 750, — 293 220); N.º 2, de cassiterite e volframite, no sítio do Belinho, freguesia de St.^a Eugénia (S. J. — 144 800, — 294 550); N.º 3, de cassiterite, no sítio Chão da Portela, freguesia de Santa Eugénia (S. J. — 144 900, — 293 350).

Concelho de Boticas:

Em 5 de Fevereiro: Registo de volframite e sheelite pela Companhia Mineira do Norte de Portugal, S. A. R. L.: N.º 1, no sítio da Serra do Corgo, freguesia de Vilar do Porro (S. J. — 115 500, — 330 000).

Concelho de Montalegre:

Em 9 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Herculano Ferreira da Cunha: N.º 1, no sítio de Felgueiras, freguesia de Santa Maria do Ferral (A 800 m da pirâmide geodésica Santo António, medidos no rumo Nor-Nordeste magnético);

Em 11 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Artur Fidalgo Fernandes: N.º 2, no sítio do Picoto do Carambo, freguesia de Chã (A 500 m do cunhal norte da igreja da Aldeia Nova, medidos no rumo Nor-Nordeste magnético);

Em 23 de Fevereiro: Registo de cassiterite por Artur Fidalgo Fernandes: N.º 3, no sítio de Valongo e Redelhe, freguesia de Chã (A 350 m do centro geométrico da soleira da porta principal da Capela da Aldeia Nova, medidos no rumo sueste magnético);

Em 26 de Fevereiro: Registo de cassiterite por António Pereira: N.º 4, no sítio do Alto do Seixo, freguesia de Salto (A 1 000 m da casa dos Serviços Florestais, no rumo norte).

Concelho de Murça:

Registos efectuados por Mineira do Jarmelo, L.^{da}:

Em 6 de Janeiro: N.º 1, de cassiterite no sítio do Alto da Serra, freguesia de Candedo (P. C. — 62 755, — 186 905); N.º 2, de cassiterite no sítio da Fraga da Preta, freguesia de Candedo (P. C. — 74 250, — 185 035); N.º 3, de volframite, no sítio do Cança Souro, freguesia de Murça (P. C. — 56 500, — 196 300);

Em 23 de Janeiro: N.º 4, de cassiterite no sítio de Penedinho, freguesia de Candedo (P. C. + 60 645, + 188 275, sist. Gauss);

Em 9 de Fevereiro: N.º 5 de cassiterite e volframite, no sítio da Rata, freguesia de Piolhoso (P. C. + 53 580, + 195 260 sist. Gauss).

Concelho de Peso da Régua:

Em 26 de Fevereiro: Registos de cassiterite por João Fernandes Rangel de Pinho: N.º 1, no sítio de Monte Raso, freguesia de Poiares (S. J. — 119 300, — 271 230); N.º 2, no sítio da Quinta do Vale da Figueira, freguesia de Poiares (S. J. — 120 400, — 271 300).

Concelho de Vila Real:

Em 14 de Janeiro: Registos de magnetite, por Minas de Vila Cova, S. A. R. L., todos na freguesia de Campeã: N.º 1, no sítio de Farelães (S. J. — 107 110, — 285 380); N.º 2, no sítio do Alto Espinho (S. J. — 102 400, — 285 100), anulado no «Diário do Governo» n.º 23, III série de 28/1/59; N.º 3, no sítio das Relvas (S. J. — 104 730, — 285 760); N.º 4 no sítio do Aveçãozinho (S. J. — 104 623, — 288 952); N.º 5, no sítio da Boa Vista (S. J. — 106 020, — 285 620); N.º 6, no sítio da Fraga Alta (S. J. — 106 730, — 284 200).

DISTRITO DE VISEU

Concelho de S. João da Pesqueira:

Registos de sulfuretos auríferos, por Sigismundo Castelo Branco, no sítio dos Castelinhos, freguesia de Paredes de Coura: N.º 1, (S. J. — 137 750, — 260 325); N.º 2, (S. J. — 138 300, — 261 250); N.º 3, (S. J. — 139 300, — 260 950); N.º 4, (S. J. — 139 900, — 260 100); N.º 5, (S. J. — 138 525, — 260 525); N.º 6, (S. J. — 137 220, — 261 250).

Concelho de S. Pedro do Sul:

Registo de cassiterite e volframite por Manuel Borges Duarte Pinto: N.º 1, no sítio da Marroca, freguesia de Carvalhais (S. J. — 88 100, — 234 300).

Concelho de Tarouca:

Registo de cheelite e cassiterite pela Sociedade Mineira de Sete Fontes, L.^{da}: N.º 1, no sítio do Vale da Asna, freguesia de Varzea da Serra (A 300 m do centro da capela de Santo Antão, medidos no sentido sul).

B — ÁGUAS MINERAIS

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Concelho de Proença-a-Nova:

Em 2 de Janeiro: Registo de Águas sulfurosas, por António Gonçalves Tavares: N.º 1, nos limites da povoação da Barrada, freguesia de Proença-a-Nova (Na junção do ribeiro do vale da Lircinha com a ribeira de Pracana).

DISTRITO DE LEIRIA

Concelho de Caldas da Rainha:

Em 14 de Janeiro: Registo por Severino Madeira Rodrigues: N.º 1, na freguesia de Salir (A 525 m a sudoeste das ruínas denominadas Alfândega Velha, na margem esquerda do rio Tornada).